

## INFORMAÇÃO

Registo	Data da Informação	Processo	Serviço emissor
Informação n.º 3224 / 2017	02/03/2017	2017/300.10.005/269	Contratação Pública

**ASSUNTO:** PROPOSTA PARA ESCOLHA E INÍCIO DE PROCEDIMENTO – AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTARES PARA OS REFEITORIOS ESCOLARES E MUNICIPAL, CARNES

Exmo. Sr. Chefe da DAF,

**Contratação:** Aquisição de géneros alimentares para os refeitórios escolares e municipal - carnes

**Código CPV:** 15100000-9 Produtos de origem animal, carne e produtos à base de carne, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28.11.2007

**Procedimento 2017/300.10.005/269 – Ajuste Direto Regime Geral**

### I – Objeto da Proposta e Fundamentação da necessidade de contratar

De acordo com a informação n.º 1659 de 31/01/2017, com origem no serviço de Coordenação e Controlo de Operações, e nas necessidades expressas nas Requisições internas 223 e 228 emitidas pelo serviço de Gestão de Stocks de bens alimentares, iniciou-se o procedimento 2017/300.10.005/219 o qual ficou deserto tendo em conta que a proposta apresentada superava o preço base do procedimento.

Esta situação deveu-se ao fato dos preços unitários da base de dados do armazém de bens alimentares não ter assumido a sua atualização.

### Período previsto para a execução

Para a contratação em causa é proposto um prazo de um ano a contar da data da assinatura do contrato.

### II – Valor Contratual e Preço Base

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com a alínea a) do n.º 1 do art.º 47.º do CCP, estima-se que o respetivo valor contratual não deverá exceder o valor de **€ 40.704,00 (quarenta mil setecentos e quatro euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando este como parâmetro base do preço contratual.

### III – Enquadramento Orçamental

A despesa inerente ao contrato a celebrar será satisfeita pela dotação da classificação orçamental 02/ 02.01.06 do Orçamento da Câmara Municipal de Sines, para o ano de 2017 (Anexo 1 – Cabimento Prévio/ Requisição Interna n.º 223 e 228/2017).

### IV - Escolha do Procedimento

Dado que o valor contratual estimado é inferior a € 75.000,00, **propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto**, previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º, ao abrigo do disposto na **alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP**.

### V – Decisão de Contratar/Autorização da Despesa

1. Considerando que o regime de contratação pública se encontra estatuído no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
  2. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do CCP, a decisão de contratar, a autorização da despesa e a escolha do procedimento, cabem ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
  3. Considerando o valor previsto para o contrato em causa;
  4. Tendo em conta que, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP a escolha do ajuste direto permite a celebração de contratos de valor inferior a € 75.000,00 e, considerando o valor previsto para o contrato de aquisição de bens em causa,
  5. **Solicita-se**, ao Sr. Presidente da Câmara, no uso de competência própria, estabelecida no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do CCP:
- a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e no artigo 38.º do CCP, **autorização para a contratação em causa e a adoção de um procedimento de ajuste direto**, previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º adotado em função do disposto na **alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP**.**
- b) Autorização para envio de convite à apresentação de proposta** às empresas, abaixo mencionada, nos termos do n.º 1 do art.º 113.º conjugado com o n.º 1 do art.º 114.º do CCP:
- Luis Vitor de Jesus Campos Gonçalves – Talho Popular;
  - Talho Campos, Lda;

A escolha de qualquer uma destas empresas não viola o previsto no n.º 2 e no n.º 5, ambos do art.º 113º do CCP.

#### c) Aprovação das peças do procedimento:

- Convite à apresentação de proposta (**Anexo 2**) e;
- Caderno de Encargos/Especificações Técnicas (**Anexo 3**)

nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP e para os efeitos previstos no n.º 2 do mesmo artigo.

**d) Designação do Júri do procedimento**, nos termos do n.º 1 do art.º 67.º do CCP, encontrando-se o funcionamento e competências do júri reguladas nos art.º 68.º e 69.º, propondo-se a seguinte composição:

- Mariana Brissos, na qualidade de presidente;
- Sandra Gonçalves, na qualidade de primeiro vogal efetivo que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Helena Leal, na qualidade de segundo vogal efetivo;
- Sandra Garcia, na qualidade de primeiro suplente;
- Ana Palma, na qualidade de segundo suplente.

Propõe-se ainda, nos termos do n.º 2 do art.º 69.º do CCP, a delegação de competência no júri para:

- a. Prestar esclarecimentos;
- b. Prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas;
- c. Assinatura de notificações obrigatórias no âmbito do procedimento, durante o período de exercício de funções do júri;
- d. Proceda à realização da audiência prévia dos concorrentes, salvo se for decidido que a mesma não se realize ou seja dispensada ao abrigo do art.º 124.º do Decreto – Lei n.º 4/2015, de 07.01 - Código do Procedimento Administrativo,

Nos termos do art.º 127.º do CCP a celebração deste contrato deverá ser publicitada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos para que possa produzir os seus efeitos, nomeadamente para processamento do respetivo pagamento.

Considerando o disposto no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o qual regulamenta a LCPA, nenhum compromisso poderá ser assumido sem a verificação prévia da existência de fundos disponíveis para o fazer. Nesta conformidade, atento o disposto no art.º 76.º do CCP deverá ser assegurada a existência de fundos disponíveis para efeitos de adjudicação.

Os termos da adjudicação serão reduzidos a escrito em data conveniente para as duas partes, no prazo máximo de 5 dias úteis após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.

É quanto cumpre informar, à consideração superior,

O/A Assistente Técnico

Sandra Carla Rodrigues Garcia da Silva (7419)

## **ANEXOS:**

Anexo 1 – Cabimento Prévio – Requisição Interna

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

Anexo 2 – Convite à apresentação de proposta

Anexo 3 – Caderno de Encargos e respetivos anexos